CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE BENS

ÍNDICE

I – Capitulo – Cláusulas Juridicas

1ª. Objeto 2
2ª. Prazo do contrato 2
3ª. Obrigações principais do fornecedor 2
4ª. Preço contratual 2
5ª. Condições de pagamento 3
6ª. Penalidades contratuais 4
7ª. Dever de sigilo 5
8ª. Força maior 5
9ª. Resolução por parte da entidade adjudicante 6
10ª. Resolução por parte do fornecedor 6
11ª. Foro competente 6
12ª. Subcontratação e cessão da posição contratual 6
13ª. Comunicações e notificações 7
14ª. Entrega dos bens 7
15ª. Legislação aplicável 7

II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas

16ª. Local e condições da prestação de serviços 7

I – Capítulo – Cláusulas Juridicas

1ª. Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição contínua de reparador asfáltico – aglomerado betuminoso a frio, acondicionado em Big Bags de 1000kg cada.

2ª. Prazo do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 365 dias, automaticamente renovado por períodos de 90 dias, até ao limite legal de 3 anos, caso não tenha sido atingido o montante global de 90.000,00€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3ª. Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
   a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, no prazo máximo de 3 dias úteis após requisição do Município de Tomar, em conjuntos de 24 Big Bags de 1000kg por cada encomenda;
   b. Obrigação de garantia dos bens;
   c. Obrigação de continuidade de fabrico.

4ª. Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço total da aquisição do bem **até ao máximo de 90.000,00€,** no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o armazém do Município de Tomar, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Praça da República 2300-550 Tomar | 249 329 800 – 249 329 806 | contratacaopublica@cm-tomar.pt

4. No fim de cada ano de vigência do contrato e em caso de prorrogação do prazo do mesmo há lugar a revisão do preço no termo de cada ano de vigência, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, do último mês publicado à data da renovação.
5. Como consequência de alteração dos custos durante o período de fornecimento dos materiais, os preços unitários a que se refere o nº 1 são revistos semestralmente, nos termos da legislação em vigor sobre a matéria (Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro) e obedecerá à seguinte fórmula:

$$Ct = 0{,}08\frac{S_t}{S_0} + 0{,}20\frac{M_{03}}{M_{03}^0} + 0{,}38\frac{M_{18}}{M_{18}^0} + 0{,}09\frac{M_{22}}{M_{22}^0} + 0{,}15\frac{E_t}{E_0} + 0{,}10$$

E em que:

St é o coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão. S_t é o índice dos custos de mão-de-obra relativo ao mês a que respeita a revisão.

S_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.

M_{03}, M_{18}, M_{22}, são, respetivamente, os índices ponderados dos custos de inertes, betumes a granel, gasóleo.

$M_{03}^0, M_{18}^0, M_{22}^0$, são os mesmos índices mas relativos ao mês anterior ao da data limite fixada para entrega das propostas.

E_t é o índice dos custos dos equipamentos de apoio, relativo ao mês a que respeita a revisão.

E_0 é mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.

0,10, representa a percentagem não revisível do fornecimento.

5ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços, nos termos do artigo 9.º, nº1, da LCPA, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
2. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município do Tomar, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número de compromisso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

6ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

   a. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato;

   b. Formula de cálculo: P = V*A/500

      em que:

      P - corresponde ao montante da penalidade;

      V - igual ao valor dos bens a entregar com atraso;

      A - número de dias em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária que não pode execer 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

7ª. Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

9ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a. O não cumprimento dos prazos;
b. Falta de qualidade do material fornecido.

10ª.Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

11ª.Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

12ª.Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Praça da República 2300-550 Tomar | 249 329 800 – 249 329 806 | contratacaopublica@cm-tomar.pt

13ª.Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

14ª.Entrega dos bens

Os bens serão entregues mediante requisição do Município do Tomar.

15ª.Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas

16ª.Local e condições da prestação de serviços

Local de entrega: armazém do Município de Tomar.